

Votação é adiada pela necessidade de acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

30 JAN 1988

Sem acordo não será possível a votação em plenário do Título II da futura Constituição, que trata da questão da estabilidade no emprego. Essa foi a conclusão da reunião de ontem entre Ulysses Guimarães e líderes, vice-líderes partidários e representantes de grupos na Constituinte, entre eles o Centrão. Justamente por falta de entendimento e de quórum, a votação do Título II, que deveria ter ocorrido ontem, foi adiada para segunda-feira. E na expectativa de um acordo foram marcadas reuniões para hoje, às 9 horas, amanhã e possivelmente também na segunda-feira, antes da sessão plenária.

"Ou se chega a um acordo ou não se vota a Constituição", admitiu o líder do PDS, Amaral Netto, apoiado pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), para quem é melhor adiar a votação e conseguir o entendimento fora do plenário. Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, queria que ontem mesmo o Capítulo 1 do Título II fosse votado, mas depois reconheceu que a falta de quórum levaria a uma interrupção irremediável.

Aberta a sessão, o presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) anunciou a presença na casa de 216 constituintes. Naquele momento, no plenário, estavam apenas 25 parlamentares. A aprovação das matérias exige o mínimo de 280 votos a favor. As 11h20 a sessão foi encerrada, com Ulysses Guimarães alegando que as lideranças e as forças representativas (Centrão, Centrinho, MUP E 32) resolveram aproveitar o fim de semana para chegar ao consenso sobre o maior número de dispositivos. O plenário decidirá apenas os pontos inegociáveis.

A questão mais polêmica do Título II está no Capítulo 2, referente à dispensa imotivada dos trabalhadores: O Centrão e o Grupo dos 32 consideram que a estabilidade pode ser dada através de indenização e que a lei ordinária trataria das formas de compensação pela dispensa sem justa causa. Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão, a estabilidade, da forma como foi proposta pela Comissão de Sistematização, contraria os interesses dos próprios trabalhadores, já que levaria as empresas a contratar funcionários para serviços temporários. Para Sandra Cavalcanti, na Constituição deveria ser mencionado que a dispensa imotivada "não é de boa convicência entre patrões e empregados".

O senador José Richa, líder do Grupo dos 32, acredita que as possibilidades de acordo sobre a estabilidade são remotas. Ele prevê que o desfecho das discussões determinará que o emprego seja protegido contra a demissão arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei. Mesmo assim, reconhece que "só isso não dá acordo".



Ulysses e os líderes decidem adiar a votação

Uma das alternativas, segundo Richa, é a inclusão, nas disposições transitórias, da modalidade de indenização a ser paga ao trabalhador demitido sem justa causa, enquanto a lei complementar não for votada. A tese está sendo considerada uma boa opção e, se aceita por todos, as tentativas de acordo entrariam numa segunda etapa. Seria então definida a indenização, qual o percentual adicional a incidir sobre o FGTS ou o pagamento de uma quantia determinada por ano de serviço.

Nessa hipótese, o Centrão está cada vez mais coeso em não aceitar a retroatividade fazendo valer o princípio apenas a partir da promulgação da Constituição. O senador José Richa acredita que, nesse caso, seria possível um entendimento em torno de um mês e meio de salário por ano de serviço.

FALTOSOS

Durante a reunião presidida por Ulysses Guimarães, antes do início da sessão plenária, o líder do PDS, Amaral Netto, apresentou uma proposta que foi apoiada por todas as lideranças: a Mesa da Constituinte deve divulgar os nomes dos parlamentares que faltam às sessões, não dando quórum e impossibilitando as votações do texto constitucional. "O povo precisa saber quem foi eleito para vir aqui e não vem", disse Amaral, apoiado por Brandão Monteiro, líder do PDT, para quem é necessário que "se organize a Casa". A sugestão só não foi aceita pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele explicou que a Secretaria da Mesa tem a lista dos faltosos para ser fornecida à imprensa. E revelou que prefere convocar os constituintes através de telegramas e telefonemas para que compareçam às sessões.

Ulysses acredita que suas comunicações serão suficientes para que as próximas sessões registrem o quórum necessário. Além disso, afirmou que tem "estimulado os parlamentares de modo que entendam a necessidade de suas permanências de segunda a sexta em Brasília". Mesmo assim, o que se viu ontem de manhã no saguão do aeroporto da Capital Federal foi uma verdadeira revoadada de constituintes.

O alvoroço nos ghichês de passagens era enorme, com a maioria evitando ser identificada. E quando isso acontecia, apresentavam justificativas como a do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA). Ele disse que sua saída de Brasília era uma "ordem dada pela liderança do partido", que havia fechado o acordo suspendendo as votações de ontem na Constituinte.

Durante a rápida sessão, houve um momento de emoção. O presidente Ulysses Guimarães interrompeu o discurso da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) para elogiar-lhe o estado de saúde, a disposição e a boa aparência que ela demonstrava depois de exames recentes, feitos em Houston. Todo o plenário levantou-se em demorados aplausos e a deputada, emocionada, declarou: "Eu vinha no meu estilo, para falar com raiva, e vocês me desarmaram".

ABRACO

A Frente de Entidades Democráticas e Sindicais pelos Direitos do Povo na Constituinte prevê a participação de mil e 500 pessoas na manifestação marcada para o dia 4, às 18 horas. Eles darão um abraço simbólico no Congresso nacional para reivindicar a inclusão das principais emendas populares na Constituição. Seu slogan será "Acorda Brasil, antes que acabem com você".

Centrão prepara nova estratégia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão passou o dia de ontem analisando as 250 emendas apresentadas ao capítulo 1 do título II, que trata dos direitos individuais e coletivos. O objetivo da reunião, coordenada pelo deputado José Lins (PFL-CE), foi identificar as propostas que pudessem vir a aprimorar o projeto do Centrão, as que devem ser rejeitadas pelo grupo e as que podem ser objeto de negociação entre as várias facções. José Lins informou que, antes da reunião a ser realizada hoje de todas as lideranças com o deputado Ulysses Guimarães, o

Centrão se reunirá para chegar a um consenso sobre as questões que podem ser negociadas.

Paralelamente a este trabalho, o Centrão, sob a coordenação do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), promoveu um balanço sobre as baixas no grupo, tentando detectar exatamente quem continua apoiando as suas teses. Daso Coimbra afirma que apenas uma baixa realmente foi computada, a do deputado Adylson Motta (PDS-RS), que comunicou a sua saída do Centrão, explicou ainda que o grupo está promovendo uma reavaliação de seu quadro e cerca de dez constituintes,

que não quis citar o nome, deverão ter seus nomes excluídos, por não terem, até agora, votado com o Centrão.

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) contesta esta versão e diz que as dez baixas ocorrerão por causa das declarações dos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Lourenço, líder do PFL, que reivindicaram cargos no governo para apoiar os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Esses, por sua vez, se defendem alegando que falam em nome próprio e não do grupo. Daso Coimbra falou que daqui pra frente a palavra chave do Centrão terá de ser a negociação.